



TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 0115/2016

Termo de Autorização para exploração de linha regular do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal do Estado de Goiás, conforme processo nº 201600029000601.

A AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – AGR, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 03.537.650/0001-69, com sede à Av. Goiás, nº 305, centro, em Goiânia, Estado de Goiás, no uso de suas competências para planejar, organizar, regular, controlar e fiscalizar o serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 1º, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e do inciso III, do § 4º, do art. 1º, do Decreto nº 8.498, de 02 de dezembro de 2015, bem como do § 1º, do art. 2º, da Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014 e art. 2º, do Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015, autorizada pelo seu Conselho Regulador nos termos da Resolução Normativa nº de 04 de maio de 2016, que passa a fazer parte integrante deste ato, neste ato representada pelo seu Conselheiro Presidente, **Ridoval Darci Chiareloto**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF / MF sob o nº 020.528.229-68, doravante denominada **AGR** e a empresa **EXPRESSO MARLY LTDA.**, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 01.026.921/0001-96, com sede à Av. Francisco Araújo, nº 800, Setor Urias Magalhães, em Goiânia, Estado de Goiás, neste ato representada pelo senhor **Newton Jensen Barbosa**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF / MF sob o nº 133.334.371-04, doravante denominada **AUTORIZATÁRIA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO** para exploração de linha regular do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, na forma abaixo.

CAPITULO I DO OBJETO

Art. 1º. Constitui objeto do presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO a delegação por parte da AGR à AUTORIZATÁRIA do direito de exploração da linha:

XI- Linha nº 03.110-00 – Goiânia a Ceres, convencional, com extensão de 186 km e com o seguinte itinerário: Goiânia, Nerópolis, Entrada para Damolândia, Petrolina de Goiás, São Francisco de Goiás, Jaraguá, Saraiva, Rianópolis, Rialma e Ceres. Valor da outorga de R\$ 344.697,22 (trezentos e quarenta e quatro mil, seiscentos

e noventa e sete reais e vinte e dois centavos), referente ao tempo de vigência de 15 anos.

CAPITULO II DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 2º. A AUTORIZATÁRIA deverá prestar os serviços da linha de acordo com os padrões técnicos operacionais definidos pela AGR, bem como observando o que dispõe a Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014 e o Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015.

Art. 3º. A frequência de viagens ordinárias do serviço de transporte regular será realizada de acordo com os quantitativos mínimos estabelecidos para cada linha intermunicipal.

Art. 4º. A oferta de viagens extraordinárias se dará mediante prévia comunicação à AGR, quando ficar demonstrada a necessidade de atendimento de excesso de demanda de caráter ocasional.

Art. 5º. A definição do quadro de horários de operação de cada linha intermunicipal ficará sob responsabilidade da AUTORIZATÁRIA e deverá atender às necessidades de deslocamento dos usuários do serviço de transporte regular para aprovação prévia da AGR.

Art. 6º. A AUTORIZATÁRIA ficará responsável pela transferência das informações à AGR referentes à venda de passagens, número de passageiros, horários e demais dados referentes às viagens, nos prazos e termos por estes definidos.

Art. 7º. A AUTORIZATÁRIA observará os itinerários estabelecidos e poderá solicitar à AGR a inclusão ou retirada de pontos de parada entre os pontos terminais.

§ 1º Quando ocorrer impraticabilidade temporária do itinerário, o serviço será executado pela via disponível mais direta, com imediata comunicação à AGR.

§ 2º Cessado o motivo determinante da impraticabilidade temporária do itinerário mencionada no § 1º deste artigo, a AUTORIZATÁRIA retornará, de imediato, ao itinerário original da linha, comunicando o fato à AGR.

CAPÍTULO III DOS ENCARGOS DA AGR

Art. 8º. Incumbe à AGR:

I - baixar os atos administrativos necessários à operacionalização deste Termo de Autorização, organizar, coordenar e controlar o serviço e a atividade econômica dele objeto;

II - fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado e coibir o transporte não concedido, permitido ou autorizado;

III - aplicar as penalidades legais, regulamentares e contratuais;

IV - extinguir a autorização na forma legal;

V - intervir, na forma legal e regulamentar, na prestação do serviço;

VI - reajustar as tarifas e proceder à sua revisão;

VII - fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais;

VIII - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e adotar providências para solucionar queixas e reclamações dos usuários, realizando, quando for o caso, a mediação e, no fracasso dessas, deliberando sobre elas;

IX - estimular o aumento da qualidade e da produtividade, a preservação do meio-ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço;

X - assegurar o princípio da opção do usuário mediante o estímulo à variedade de combinações de preço, qualidade e quantidade de serviços.

CAPÍTULO IV DOS ENCARGOS DA AUTORIZATÁRIA

Art. 9º. Sem prejuízo dos encargos previstos em normas legais, regulamentares e pactuadas pertinentes, a AUTORIZATÁRIA deverá:

I - submeter-se à regulação, ao controle e a fiscalização da AGR, facilitando-lhe a ação e cumprindo as suas determinações, especialmente no correto

fornecimento e atendimento de informações, dados, planilhas de custo, documentos e outros elementos, sempre na forma e periodicidade requisitados;

II - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como aos registros operacionais, contábeis e estatísticos;

III - pagar à AGR a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - TRCF, nos termos da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com suas alterações;

IV - pagar à AGR o valor de outorga para o serviço estabelecido neste Termo de Autorização, nos termos do que dispõe o § 4º e o § 5º do artigo 11 do Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015;

V - prestar, na forma legal e regulamentar, contas da gestão do serviço à AGR;

VI - cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares da AGR;

VII - prestar serviço adequado, na forma prevista nas normas legais e regulamentares, nas normas técnicas aplicáveis e nas ordens de serviço;

VIII - zelar pelas condições de segurança, higiene e conforto dos veículos utilizados;

IX - afixar em local visível nos veículos o número do telefone da Ouvidoria da AGR;

X - atuar conforme especificações constantes nas ordens de serviço operacional emitidas pela AGR;

XI - cobrar do usuário e arrecadar a tarifa referente ao serviço de transporte regular;

XII - manter os usuários informados e orientados sobre o funcionamento do serviço;

XIII - substituir os veículos que atingirem o tempo máximo permitido de modo a manter o perfil etário definido para a frota;

XIV - comunicar com antecedência à AGR qualquer modificação nas características dos veículos que compõem a sua frota.

CAPÍTULO V

DA REMUNERAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 10. A prestação do serviço de transporte regular de que trata este Termo de Autorização será remunerado pela receita arrecadada por meio da cobrança de tarifas (bilhetes de passagens) pagas diretamente pelo usuário.

Art. 11. É facultado à AUTORIZATÁRIA a prática de uma tarifa promocional com desconto sobre o valor da tarifa normal do serviço de transporte regular.

§ 1º O preço promocional da tarifa, em todos os horários ou em alguns deles, somente poderá ser praticado para todo o percurso da linha.

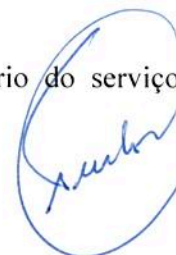
§ 2º No bilhete de passagem, deverá constar, em destaque, que se trata de tarifa promocional.

Art. 12. A adoção de tarifa promocional correrá por conta e risco da AUTORIZATÁRIA, não podendo ser utilizada como fundamento para pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 13. Para serviços diferenciados prestados pela operadora, as tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e custos específicos, mediante autorização da AGR.

Art. 14. Com a finalidade de preservar o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços executados, o valor das tarifas será atualizado por meio de reajustes anuais, nos meses de julho de cada ano.

Parágrafo único. O reajuste anual do coeficiente tarifário do serviço de transporte regular objetiva recompor o valor monetário da tarifa.



Art. 15. Além dos ajustes previstos no artigo 17 deste termo poderá haver revisão extraordinária da tarifa em decorrência de eventos que resultem em modificações imprevistas na relação de direitos e obrigações entre a AUTORIZATÁRIA e AGR.

CAPÍTULO VI DA TARIFA MÁXIMA E DO SEU REAJUSTE

Art. 16. A tarifa inicial para o serviço de que trata esta Resolução será fixada e definida com base nos coeficientes tarifários atualmente em vigor.

Art. 17. A AGR fixará o Coeficiente Tarifário Máximo em sua data base, no período compreendido de 1º a 31 de julho de cada ano.

CAPÍTULO VII DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Seção I Dos Direitos dos Usuários

Art. 18. Sem prejuízo do disposto na legislação específica e nas normas estabelecidas pelo ente regulador, são direitos do usuário do serviço de transporte de que trata este Termo de Autorização:

I - modicidade das tarifas;

II – garantia de atendimento nos casos de gratuidades previstas em lei;

III - receber serviço adequado, que satisfaça as condições de segurança, regularidade, continuidade, pontualidade, eficiência, atualidade, generalidade, cortesia e comodidade;

IV - receber da AGR e da AUTORIZATÁRIA informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

V - ser transportado do início ao término da viagem, salvo caso fortuito ou força maior, com pontualidade, segurança, higiene e conforto;

VI - ser atendido com urbanidade pelos prepostos da AUTORIZATÁRIA e pelos agentes de fiscalização da AGR;

VII - ser auxiliado no embarque e desembarque, especialmente em se tratando de crianças, pessoas idosas ou com dificuldade de locomoção;

VIII - transporte gratuito de volumes no bagageiro e no porta-embrulhos, respeitados os limites estabelecidos em regulamentação própria;

IX - receber os comprovantes dos volumes transportados no bagageiro;

X - ser indenizado por extravio ou dano dos volumes transportados no bagageiro;

XI - nos casos de interrupção ou retardamento da viagem, receber alimentação e pousada às expensas da AUTORIZATÁRIA, enquanto perdurar a situação;

XII - ter garantida sua poltrona no ônibus, nas condições constantes do bilhete de passagem;

XIII - receber da AUTORIZATÁRIA informações acerca das características dos serviços, tais como horários, tempo de duração da viagem, localidades atendidas e preço da passagem;

XIV - transporte gratuito de crianças de até 5 (cinco) anos, desde que não ocupem poltronas, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao transporte de menores de idade;

XV - efetuar a compra de passagem com data de utilização em aberto, sujeita a reajuste de preços se não utilizada dentro de 1 (um) ano, a contar da data da emissão;

XVI - receber a importância paga ou revalidar sua passagem, no caso de desistência da viagem, desde que se manifeste com antecedência mínima de 2 (duas) horas em relação ao horário de partida;

XVII - seguro facultativo de acidente pessoal, que deverá ser disponibilizado ao passageiro pela AUTORIZATÁRIA mediante aviso ostensivo no local de venda.

Seção II Dos Deveres dos Usuários

Art. 19. Sem prejuízo do disposto na legislação específica e nas normas estabelecidas pela AGR, são deveres do usuário do serviço de transporte de que trata este Termo de Autorização:

I - levar ao conhecimento do poder público e da AUTORIZATÁRIA as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

II - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela AUTORIZATÁRIA na prestação do serviço;

III - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

CAPÍTULO VIII DOS DIREITOS, DEVERES E GARANTIAS DA AUTORIZATÁRIA

Art. 20. Os direitos, os deveres e as garantias da AUTORIZATÁRIA, são estabelecidos pela Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014, no Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015 e em normas editadas pela AGR.

CAPÍTULO IX DOS VEÍCULOS

Art. 21. Os veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverão atender às exigências de ordem legal, técnica e às normas editadas pela AGR.

CAPÍTULO X DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Art. 22. O presente Termo de Autorização vigorará pelo prazo de 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogado por igual período, desde que atendidas às disposições legais, de ordem técnica e a AUTORIZATÁRIA tenha prestado um serviço adequado a ser avaliado pela AGR.

CAPÍTULO XI DA EXTINÇÃO

Art. 23. O presente Termo de Autorização poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 16, da Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014.

CAPÍTULO XII DA VALIDADE E MARCO INICIAL DE VIGÊNCIA

Art. 24. O presente Termo de Autorização, após devidamente assinado pelas partes, entrará em vigor na data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás.

E, por estarem assim de pleno acordo com todas as condições estipuladas, assinam este Termo de Autorização em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos legais.

AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
DE SERVIÇOS PÚBLICOS - AGR, em Goiânia, aos 10 dias de junho de 2016.

AGR:



Ridoval Darei Chiareloto
Conselheiro Presidente

AUTORIZATÁRIA:



Newton Jensen Barbosa
Representante Legal



EXTRATO Nº 0030/2016
AGR

Processo nº: 2016000290000601.

Interessado: Expresso Marly Ltda.

Objeto: Autorização para explorar linhas no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás.

A Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos – AGR, na forma legal, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos do que dispõe a Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014 e Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015, que, conforme Resolução Normativa nº 0050, de 04 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial nº 22.320, de 09 de maio de 2016, outorgou à empresa **EXPRESSO MARLY LTDA.**, o direito de exploração das seguintes linhas: **I - Linha nº 03.100-00 – Goiânia a Alto Horizonte, II - Linha nº 03.101-00 – Goiânia a Campos Verdes, III - Linha nº 03.102-00 – Goiânia a Hidrolina, IV- Linha nº 03.103-00 – Goiânia a Itapaci, V - Linha nº 03.104-00 – Goiânia a Mata Azul, VI - Linha nº 03.105-00 – Goiânia a Montividiu do Norte, VII - Linha nº 03.106-00 – Goiânia a Porangatu (via Mutunópolis), VIII - Linha nº 03.107-00 – Goiânia a Porangatu (via Santa Tereza de Goiás), IX- Linha nº 03.108-00 – Goiânia a Jaraguá, X - Linha nº 03.109-00 – Goiânia a Rianópolis, XI- Linha nº 03.110-00 – Goiânia a Ceres, XII - Linha nº 03.111-00 – Goiânia a Uruaçu, XIII - Linha nº 03.112-00 – Goiânia a Mara Rosa, XIV - Linha nº 03.113-00 – Goiânia a Santa Isabel, XV - Linha nº 03.500-00 – Ceres a Uruaçu, XVI - Linha nº 03.501-00 – Ceres a Porangatu, XVII - Linha nº 03.502-00 – Uruaçu a Porangatu, XVIII - Linha nº 03.503-00 – Anápolis a Porangatu e XIX - Linha nº 03.504-00 – Anápolis a Uruaçu, conforme Termos de Autorização nºs 0105, 0106, 0107, 0108, 0109, 0110, 0111, 0112, 0113, 0114, 0115, 0116, 0117, 0118, 0119, 0120, 0121, 0122 e 0123/2016.**

Goiânia, 20 de junho de 2016.

Ridoval Darci Chiareloto
Conselheiro/Presidente

Trânsito do Grupo Ocupacional de mesmo nome, do Quadro Permanente dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito, a fim de considerá-la deferida no mesmo cargo, porém na Classe "C". Referência "111"

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL
em Goiânia, 20 de junho de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.784, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso X, alínea "a", do art. 1º do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, nos termos do art. 45, inciso II, da Lei nº 13.906, de 25 de setembro de 2001, com alterações posteriores, e art. 26 da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201600013000880 resolve ceder a servidora REGINA CÉLIA PEREIRA, Professora IV, do Poder Executivo Estadual - Secretária de Educação, Cultura e Esporte, ao Município de Goiânia, no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2016, com todos os direitos e vantagens de seu cargo e com ônus para o órgão requerente, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor da Goiás Previdência-GOIASPREV.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL em
Goiânia, aos 20 dias do mês de junho de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.785, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso X, alínea "a", do art. 1º do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201600013001157, resolve ceder a servidora RUBIA RODRIGUES RICARDA E AZEVEDO GÊA, Assistente de Gestão Administrativa, do Poder Executivo Estadual - Secretária de Gestão e Planejamento - à Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado de Goiás, no período de 20 de junho a 31 de dezembro de 2016, com todos os direitos e vantagens de seu cargo e ônus para o órgão requerente, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor da Goiás Previdência - GOIASPREV.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL
em Goiânia, 20 de junho de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

PREGÃO ELETRÔNICO
EDITAL Nº 063/2016
PROCESSO PROAD Nº: 201506000006932.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo de serviços de alimentação, para fornecimento de:

- refeições preparadas, marmix, sobremesas e bebidas (não alcoólicas), tipo buffet, por demanda, para aproximadamente 5.280 (cinco mil duzentos e oitenta) pessoas, durante o período de 12 (doze) meses, de domingo a domingo, 24 (vinte quatro) horas por dia;
- lanches e bebidas (não alcoólicas), tipo buffet, por demanda, para aproximadamente 5.280 (cinco mil duzentos e oitenta)

pessoas, durante o período de 12 (doze) meses, de domingo a domingo, 24 (vinte quatro) horas por dia.

c) lanche (pão, leite e margarina), por demanda, para o Juizado da Infância e Juventude da Comarca Goiânia, durante o período de 12 (doze) meses.

Datas e Horários:
Recebimento das propostas: a partir das 08h00 do dia 05/07/2016

Abertura das propostas : a partir das 15h00 do dia 05/07/2016

Início da disputa de preços : às 15h00 do dia 06/07/2016

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

e-mail: eguimaraes@tjgo.jus.br
Fax : (062) 3236-2428
Fone : (062) 3236-2433/2435

Elma Guimarães
Pregoeira

AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

AGRODEFESA - AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - 1. PROCESSO Nº 201600066003003 2. FUNDAMENTO: Termo de Parceria Técnica e Operacional. 3. OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a realização de eventos com o fim específico de treinar e preparar permanentemente os colaboradores das entidades filiadas a FAEG, para prestarem o assessoramento aos produtores rurais no que refere a emissão de GTA's e outros documentos por meio do CARTÃO RURAL DA AGRODEFESA; 4. PARTES: AGRODEFESA - Agência Goiana de Defesa Agropecuária, CNPJ/MF: 06.064.227/0001-87 e a FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE GOIÁS - FAE, CNPJ/MF: 01.642.347/0001-09. Vigência: entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, com vigência por prazo indeterminado, podendo ser rescindido pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assim como denunciado por conveniência das partes bastando para tanto a observação do prazo mínimo de 30 (trinta) dias de pré-aviso, 5. Norma Legal: Lei 8.666/93 com suas alterações posteriores.

AGRODEFESA-AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA. 1. PROCESSO Nº 201600066003056. 2. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Contrato de fornecimento de Vale-transporte Urbano; 3. IDENTIFICAÇÃO: Contrato nº 017/2016; 4. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo aquisição de vale-transporte, por meio de créditos para o Cartão Fácil; 5. VALOR DO CONTRATO: R\$ 100.284,80 (cem mil duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos); 6. PARTES: AGRODEFESA - Agência Goiana de Defesa Agropecuária, CNPJ/MF: 06.064.227/0001-87, como Contratante e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DE GOIÂNIA-SETRANSP, CNPJ: 33.638.032/0001-76, como Contratada; 7. JUSTIFICATIVA: Contratação de empresa para fornecimento de Vale-transporte Urbano para os servidores da AGRODEFESA. 8. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses da assinatura; 9. DATA DA ASSINATURA: 13/06/2016; 10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2016.66.01.20.122.4001.4001.03; Natureza: 3.3.90.49.01; Elemento de despesa: 49; Fonte: 20; Nota de Empenho Nº 137 de 23 de maio de 2016; 11. NORMA LEGAL: Lei Federal 8.666/93, com suas alterações posteriores.

AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

EXTRATO Nº 0030/2016
AGR

Processo nº. 2016000290000601
Interessado: Expresso Marly Ltda.
Objeto: Autorização para explorar linhas no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás.

A Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos - AGR, na forma legal, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos do que dispõe a Lei nº 18.873, de 21 de novembro de 2014 e Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015, que, conforme Resolução Normativa nº 0050,

de 04 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial nº 22.320, de 09 de maio de 2016, outorgou a empresa EXPRESSO MARLY LTDA., o direito de exploração das seguintes linhas: I - Linha nº 03.100-00 - Goiânia a Alto Horizonte, II - Linha nº 03.101-00 - Goiânia a Campos Verdes, III - Linha nº 03.102-00 - Goiânia a Hidrolina, IV - Linha nº 03.103-00 - Goiânia a Itapaci, V - Linha nº 03.104-00 - Goiânia a Mata Azul, VI - Linha nº 03.105-00 - Goiânia a Montividiu do Norte, VII - Linha nº 03.106-00 - Goiânia a Porangatu (via Mutunópolis), VIII - Linha nº 03.107-00 - Goiânia a Porangatu (via Santa Tereza de Goiás) IX - Linha nº 03.108-00 - Goiânia a Jaraguá, X - Linha nº 03.109-00 - Goiânia a Rianópolis, XI - Linha nº 03.110-00 - Goiânia a Ceres, XII - Linha nº 03.111-00 - Goiânia a Uruaçu, XIII - Linha nº 03.112-00 - Goiânia a Mara Rosa, XIV - Linha nº 03.113-00 - Goiânia a Santa Isabel, XV - Linha nº 03.500-00 - Ceres a Uruaçu, XVI - Linha nº 03.501-00 - Ceres a Porangatu, XVII - Linha nº 03.502-00 - Uruaçu a Porangatu, XVIII - Linha nº 03.503-00 - Anápolis a Porangatu e XIX - Linha nº 03.504-00 - Anápolis a Uruaçu, conforme Termos de Autorização nºs 0105, 0106, 0107, 0108, 0109, 0110, 0111, 0112, 0113, 0114, 0115, 0116, 0117, 0118, 0119, 0120, 0121, 0122 e 0123/2016.

Goiânia, 20 de junho de 2016.

Ridival Darci Chiarelto
Conselheiro Presidente

AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO

PROCESSO Nº: 201600027000503
INTERESSADO: Núcleo de Eventos
ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação visando à contratação do cantor Pedro Soberano, no município de Nova Aurora - GO.
DESPACHO Nº. 314/2016 - PRS - Ratificando, integralmente, o teor da Declaração de Inexigibilidade de Licitação nº.277/2016 do Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Goiás Turismo, que, fundamentado na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, suas modificações posteriores, que dispõem no inciso III do art. 25, entendeu pela Inexigibilidade de Licitação de modo a possibilitar a contratação da empresa VIA BRASIL PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 14.915.843/0001-22, para realização de um show artístico com o cantor Pedro Soberano, no dia 10 de junho de 2016, no valor de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), na 3ª Festa Anual do Parque das Palmeiras em Nova Aurora - GO. Gabinete da Presidência da Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo, em Goiânia, aos 09 dias do mês de junho de 2016.
Leandro Garcia
Presidente Goiás Turismo

PROCESSO Nº: 201600027000346
INTERESSADO: Gerência de Gestão Planejamento e Finanças.
ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação visando a contratação de empresa para fornecimento de software SGPC (Sistema Gerencial de Prestação de Contas).

DESPACHO Nº. 310/2016 - PRS - Ratificando, integralmente, o teor da Declaração de Inexigibilidade de Licitação nº.273/2016 do Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Goiás Turismo, que, fundamentado no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas modificações posteriores, entendeu pela Inexigibilidade de Licitação de modo a possibilitar de modo a possibilitar a contratação da empresa TOP SYSTEM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.965.288/0001-52, pelo período de 12 meses no valor de R\$15.600,00 (quinze mil e setecentos reais), de forma a atender a demanda da Gerência de Gestão Planejamento e Finanças da Goiás Turismo
Gabinete da Presidência da Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo, em Goiânia, aos 09 dias do mês de junho de 2016.
Leandro Garcia
Presidente Goiás Turismo

PROCESSO Nº: 201600027000472
INTERESSADO: Núcleo de Eventos
ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação visando à contratação de show artístico com a dupla Fernando e Alessandro no município de Mundo Novo - GO.
DESPACHO Nº. 323/2016 - PRS - Ratificando, integralmente, o teor da Declaração de Inexigibilidade de Licitação nº. 286/2016 da Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Goiás Turismo, que, fundamentado no inciso III do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas modificações posteriores, entendeu pela Inexigibilidade de Licitação de modo a possibilitar contratação da empresa F&A PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.202.125/0001-37, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), visando a realização de show artístico com a dupla Fernando e Alessandro da 16 de junho de 2016, na VII Festa de Exposição Agropecuária e Rodeio show de Mundo Novo - GO.
Gabinete da Presidência da Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo, em Goiânia, aos 10 dias do mês de junho de 2016.
Leandro Garcia
Presidente Goiás Turismo

DIRETORIA		INFORMAÇÕES TÉCNICAS		OBSERVAÇÕES
EDVALDO CRISPIM DA SILVA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO		REGIÃO	ASSINATURA SEMESTRAL	
ABADIA DIVINA LIMA DIRETORA DE TELERRÁDIO/DIFUSÃO, IMPRENSA OFICIAL E SITE		GOIÂNIA	PAGAMENTO A VISTA	
ANTÔNIO AUGUSTO DE ALMEIDA BORGHETTI DIRETOR DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS		INTERIOR DE GOIÁS	R\$ 706,00	
PREVISTO CUSTÓDIO DOS SANTOS CHEFE DO NÚCLEO DE IMPRENSA OFICIAL		OUTROS ESTADOS	R\$ 1.141,00	1. As publicações não serão feitas antes do prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após o material ter sido entregue na AGEDCOM. 2. Balancetes, balancetes e tabelas, para efeito de divulgação e cálculos, serão elaborados em um período de antecedência de 72 horas. 3. Os originais serão devolvidos mediante solicitação da parte interessada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua data de publicação. 4. As reclamações quanto as matérias publicadas só serão aceitas se formuladas por escrito até 05 (cinco) dias de publicação. 5. As publicações e assinaturas poderão ser feitas nos seguintes endereços: Matriz: Rua SC-1, nº 299 - Parque Santa Cruz Fone: 3201-3500 (3201-7663 - FAX: 3201-7622) / 3201-7779 Posto Fórum: Tereza, Sala 193 - Fone: 3216-2321 Centro Administrativo: Vapt-Vapt - Fone: 3201-5070 VENDAS EXTERNAS: somente através de vendedores credenciados.
		REGIÃO	ASSINATURA ANUAL	
		GOIÂNIA	PAGAMENTO A VISTA	
		INTERIOR DE GOIÁS	R\$ 1.078,00	
		OUTROS ESTADOS	R\$ 1.899,00	
			R\$ 2.054,00	
		PREÇO ANÚNCIO (Cm/Cm) A VISTA OU A PRAZO (30 DIAS)	EXEMPLAR AVULSO	
		R\$ 43,75	R\$ 5,50	